



O JORNAL O VARADOURO NA CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE “PAULISTAS” NO ACRE¹

MACHADO, Tânia Mara Rezende²

Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar o papel do jornal O Varadouro na construção/desconstrução do conceito de “paulistas”. Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Migrantes sulistas: caminhadas, aprendizados e a constituição de modos de vida na região acreana (1977-2002)” apresentada por Machado (2002) ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste da UFPE. Buscamos através do cotejamento entre notícias trazidas pelo jornal O Varadouro e por entrevistas com migrantes do centro-sul no Acre, fazer distinções entre: fazendeiros, jagunços e trabalhadores rurais - sujeitos pejorativamente denominados “paulistas”. A realização deste trabalho poderá contribuir com um novo olhar sobre migrantes do Centro Sul no Acre uma vez que nele revisamos o caráter homogeneizador que é atribuído ao conceito de “paulistas” e trazemos evidências empíricas de como uma mídia escrita, o jornal O Varadouro, contribuiu para a construção/desconstrução desse conceito.

Palavras chaves: História da Mídia Impressa; Jornal O Varadouro; História do Acre; Migrantes do Centro Sul; Paulistas.

I-Considerações iniciais: problematizando o objeto

Eles chegaram há pouco tempo. Loiros, de olhos azuis, fala cantada, costumes diferentes, só pensando em plantar café. Paranaenses, gaúchos, catarinenses, capixabas chegaram com ‘corrida da terra’, a partir de 1970, atraídos pela miragem de terras férteis e baratas da Amazônia. Onde moravam, os minifúndios encurtaram tanto que não dava mais para o sustento da família ou, então, estavam cansados de mudar de cá prá lá feitos ‘ciganos’, como eles mesmos dizem. Quem sabe Rondônia, o Acre, o sul do Amazonas?” Alguns conseguiram um pedaço de terra e plantaram a ‘Vila dos Capixabas’ dos ‘paranaenses’; outros nem chegaram ao lugar traçado, a malária, a fome, e a miséria cortaram seus passos; outros chegaram, mas tiveram que voltar. São os novos migrantes que se arrastam numa procissão dolorosa ao longo da BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho e a Rio Branco. (MIGRAÇÃO uma história de cem anos. VARADOURO, Rio Branco, v.1, set. 1977).

¹ GT- História da Mídia Impressa

² Professora da UFAC, Doutora em Educação: Currículo pela PUC/SP



Quem são os sujeitos descritos nessa epígrafe retirada do jornal O Varadouro? Como vivem? O que nos levou a tê-los como sujeitos de pesquisa? Que relação guarda com “mídia fluxos migratórios e diásporas: perspectiva histórica,” temática do 4º Encontro Regional Norte de História da Mídia, evento para o qual esse artigo foi preparado?

São os “paulistas”, conceito sobre o qual nos debruçamos e que foi objeto de análise na dissertação de mestrado intitulada “Migrantes sulistas: caminhadas, aprendizados e a constituição de modos de vida na região acreana (1977-2002), da autoria de Machado (2002), realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste da UFPE.

Nele realizamos o cotejamento entre o conteúdo de notícias sobre migrantes do centro-sul no ACRE trazidas pelo jornal O Varadouro e o conteúdo de falas de migrantes do centro-sul no Acre em resposta às entrevistas por nós realizadas de modo a estabelecer as distinções entre: fazendeiros, jagunços e trabalhadores rurais, sujeitos pejorativamente denominados “paulistas”. Sabemos que a imprensa se torna um lugar para que um grupo se afirme em uma permanente regulação coletiva se consolide (AGUIAR, 2010). Nesse sentido, o jornal O Varadouro, editado em Rio Branco, no período de 1977 a 1981, se constituiu na principal fonte de nosso estudo por se apresentar como um jornal-denúncia que, como em um varadouro, se propunha a criar outros caminhos midiáticos que não os convencionais. Esse jornal trouxe significativas informações referentes à migração de sulistas no Acre contribuindo tanto com distorções relativas ao conceito em pauta, quanto com novos olhares sobre migrantes do Centro Sul no Acre, (des)homogeneizando o conceito de “paulistas” e trazendo nova interpretação a ele.

II- O conceito de paulistas para além da mídia

Considerando o papel da mídia na construção/desconstrução de fatos históricos e conceitos, a tirar pelo modo como emissoras de televisão, jornais escritos e a mídia virtual construiu e agora vêm desconstruindo o Partido do Trabalhadores-PT o *impeachment* de Dilma Rousseff, presidente do Brasil. Percebemos que um fato histórico, um conceito deve ser interpretado pelo homem com um olhar crítico ao ponto



de discernir suas coerências e incoerências. Não pode ser pré-moldado pela mídia seja ela escrita ou televisiva. (SODRÉ, 1983). O homem, sujeito da história, por sua vez tem a incumbência de buscar dados que o permita mais que confrontar a posição de A sobre B, analisar os fatos e construir suas próprias interpretações do fato histórico e dos conceitos que o circundam. Nesse sentido, como alerta Williams (1979), é “impossível realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência histórica do próprio conceito e por Thompson, 1981 que sinaliza para a necessidade de trabalharmos com uma perspectiva conceitual dinâmica, discuto nesse artigo como fui tentando construir e reconstruir o conceito de paulista de modo a promover uma “acareação” com informações trazidas principalmente pelo jornal O Varadouro.

Trabalhamos o conceito de migração em articulação direta com outras categorias tais como: trajetórias, experiências sociais, aprendizagens e identidades. Procuramos rever uma parte da história do Acre, que ao tratar de migrantes trabalhadores do centro sul no Acre, homogeneizava os sujeitos sociais. Nesse sentido, buscamos fazer uma distinção entre: fazendeiros, jagunços e trabalhadores rurais do centro sul no Acre. Procuramos levantar elementos históricos, sociais e culturais que propiciassem a identificação das diferenças entre os vários sujeitos sociais que migraram para o Acre a partir de 1970, buscando as razões que os levaram a migrar, reconstituindo suas trajetórias, identificando interpenetrações culturais com o povo acreano, modos de constituição de novas identidades e a reconfiguração da formação cultural do povo acreano.

O nosso olhar ou (re) olhar sobre migrantes do centro sul no Acre vai na direção de não vê-los como: “Jacus em revoada”, expropriadores ou jagunços. Os adjetivos citados, talvez, coubessem a maioria dos grandes fazendeiros, não a todos. Muito menos caberiam aos trabalhadores rurais, sujeitos desta pesquisa.

No tocante à história dos fazendeiros, já existe ampla produção. Interessa, pois, produzir uma “história vista de baixo” e, para tanto, estabelecemos distinções entre diferentes sujeitos. Grandes fazendeiros e trabalhadores rurais tinham propósitos e atitudes distintas ao virem para o Acre. Os primeiros vieram em função dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo Federal que naquela oportunidade promovia o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, liberando imposto, fornecendo financiamentos e oferecendo apoio técnico. Com esses atrativos e considerando a possibilidade de lucro



que poderiam obter investindo ou especulando com as terras acreanas, por que não vir para o Acre? Principalmente porque não era necessário fixar residência aqui. Poderiam enviar seus gerentes, capatazes, peões e continuar em seus Estados de origem que não necessariamente fosse São Paulo como aponta a literatura já produzida sobre o assunto.

Na concepção destes, o progresso de uma região passa pela produção; e esta gira em torno da pecuária. Começaram então a derrubar as florestas para o plantio de capim e criação de gado para o corte. Afinal, foi para isso que foram conclamados.

Que significado se esperava ser atribuído à floresta por pecuaristas? Para estes, a floresta poderia até ser muito bonita, mas não combinava com desenvolvimento, pois a compreensão que eles tinham de desenvolvimento era diferente do da população rural do Acre, e a terra tinha outra função que não a de suporte para o extrativismo, mas de suporte principalmente para o capim e o boi. Exemplo disto está na fala de Darly Alves, fazendeiro condenado como mandante do assassinato do ex-líder dos seringueiros, Chico Mendes em entrevista ao Jornal A Gazeta de 28 de setembro de 2000:

Cheguei no Acre e aquela fazenda minha era pura mata. Joguei uns dois ou três caminhões de capim colônio comprado com o meu dinheiro, ganhado com muito suor. Passando necessidade, consegui formar campo, fiz nova cerca, fiz muita coisa, mas tudo trabalhando de maneira honesta. Mas, esse pessoal chegou lá e disse que eu era perigoso.³

Para desenvolver as atividades agropecuárias, melhor e menos desgastante seria trazer trabalhadores do centro-sul que já eram acostumados com esta forma de trabalho. Em informações contidas no Jornal O Varadouro referente aos meses de junho e julho/81 há uma entrevista com Leopoldo, “o gato”, cuja função consistia em arregimentar peões, colocá-los no serviço de derrubada e zelar para que tudo corresse bem.

Leopoldo é mineiro de Diamantina, trabalhara a vida inteira de peão. Por ocasião da entrevista estava no Acre há dois anos e havia sido promovido a “gato”.

Uma coisa, preocupava Leopoldo: “Não existia quase peão no Acre”. O acreano preferia passar fome que ser peão. Dos trinta que arranjava, apenas um era acreano. O

³ Darly revela porque Chico Mendes morreu. A GAZETA, Rio Branco, Ano XIV n. 4.437, 28.09.2000. p.8.



que talvez possa explicar porque em anos anteriores, fazendeiros foram obrigados a ‘importar’ peões de Mato Grosso, trazendo-os de Boeing⁴.

Os fazendeiros perceberam que aproveitar trabalhadores acreanos causaria maiores complicações, pois estes não tinham tradição com a agropecuária e não se dispunham a além de perderem suas propriedades, já que com a venda das terras pelos seringalistas, muitos posseiros que estavam dentro da área foram obrigados a saírem, ainda terem que de seringueiros passarem a peões.

É bom que se diga que, em alguns casos, “serviços extras” também eram requeridos pelos peões para que a “limpeza” da área (retirada de posseiros) fosse feita. Tais como: ameaçar, tocar fogo em casas e matar. Neste caso a figura de um jagunço era indispensável.

Em nome deste “desenvolvimento da Amazônia” muitas injustiças sociais com a população rural acreana ocorreram, o que não é foco maior deste trabalho, pela diversidade ou fartura de obras escritas sobre o assunto.

Os fazendeiros foram os primeiros, mas não os únicos. Grileiros também viram no Acre o eldorado onde, graças à fragilidade do poder público, manobras mirabolantes poderiam ser feitas com as terras, conquistando lucros ímpares na história de compra, venda e apropriação ilícita de terras no Brasil.

Mas, ainda não são estes sujeitos sociais alvo maior deste estudo. São os migrantes que eram ou tentaram tornar-se trabalhadores rurais, e que também almejavam terras por vislumbrarem a possibilidade de melhorar de vida.

Embora a terra não represente o único motivo da migração de trabalhadores rurais para o Acre, existindo outros condicionantes, de ordem psicológica, cultural e sentimental que foram co-responsáveis pela migração, a busca pela terra ainda pode ser considerada o maior motivador da migração.

Os migrantes do centro-sul, trazidos pelo INCRA, ao chegando aqui, eram logo levados para o meio da mata para que suas situações não fossem vistas pela população urbana. Desempregados, com muitos filhos, sem dinheiro, expropriados do centro-sul não deveriam permanecer por muito tempo na cidade; isto seria o caos. Seria como ver índios pelas ruas da cidade; logo poderiam até começar a mendigar. Levá-los para os

⁴ Vida de peão é rodar sem parar. VARADOURO. Rio Branco, v.2, n.22, p.18, jun/jul. 1981.



Projetos de Assentamentos, jogá-los sobre uma lona e entregar-lhes logo seus lotes era o “mais correto”.

Realizada a tarefa expurgatória, cessava a intervenção governamental. Salvava-se quem pudesse. Exagero? Não! Veja o que falou o advogado do INCRA, senhor Antonio Carlos Carbone, ex-coordenador de Projetos Fundiários no Acre até meados de 1981:

“Esta questão merece mais atenção. Em primeiro lugar o INCRA nunca projetou esta colonização oficial do Acre com o pessoal do sul. Acontecem contingências nacionais então se coloca a questão: - Vamos jogar esse pessoal aonde? No Acre, em Rondônia não cabe mais ninguém. O negócio é na base do improvisado. Vai para onde tem lugar. E a pessoa nesta condição vira gado.”⁵

O que dizer desta fala? Apesar de não ser novidade, sempre que autoridades fazem revelações como as feitas pelo senhor Carbone ficamos sobressaltados. No caso desta não, pois só confirma três coisas: A primeira, que o INCRA nunca planejou colonização com o pessoal do sul. Segunda que pessoas foram jogadas de improviso onde lhes coubessem, “questão de improviso, nada planejado”. Terceiro, pessoas nessa condição viram gado e não expropriadores e jagunços. Ou podem até virar já que a falta de uma política fundiária séria e democrática torna bastante propícia a marginalidade. Embora este não tenha sido o caso. Via de regra, todos os colonos assentados trataram de cuidar de seus lotes.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais trazidos por grandes fazendeiros para trabalharem como peões, sejam eles de gado ou de lavoura, alguns se envolveram ou foram envolvidos em conflitos. Outros foram mera força de trabalho no centro-sul e aqui.

Ludibriados por seus patrões e sonhando com um pedaço de terra própria, deram suas forças e de seus filhos na esperança de que um dia a promessa feita pelo patrão de que uma vez formadas suas fazendas, lhes dariam um pedaço de terra, raramente se concretizou. Alguns trabalhadores conseguiram, graças a seus esforços e ao baixo preço das terras no Acre comprar uma pequena área de terra. Outros, não conseguiram, ou conseguiram e venderam, passando a engrossar o exército de desempregados nas periferias das cidades acreanas.

⁵ Seringueiro não vira colono paranaense. VARADOURO, Rio Branco, v.2, p. 18, dezembro.1981.



Apesar das revelações um tanto quanto duras do senhor Carbone, constitui-se uma realidade que se tivesse sido ouvida e analisada por mais pessoas, ou quem sabe presenciadas as situações enfrentadas por estes pretendentes a terra, provavelmente teria havido mais ação e menos discriminação por parte dos governos estadual e federal. Ocorre que a miséria é feia e por isso deve ser escondida. Ainda que por conta de se ocultar tal situação ou por mascará-la, os filhos e netos de migrantes do centro-sul ainda sofrem com o preconceito homogeneizador que governos, instituições públicas, e boa parte de uma sociedade barrista disseminou por todo o Acre ao longo destas quatro décadas, e que não se sabe até quando durará. Quem sabe, até que loucos, famintos, febreiros e desassistidos de toda forma puderem falar, contar suas reais histórias e que intelectuais e a mídia possam ajudá-los nessa empreitada.

III- O contexto do estudo

Os anos 70 do século passado consistem em marcos temporais dos grandes movimentos sociais no Acre, momento em que Wanderley Dantas, um dos governadores desse período, ficou conhecido como o governador do Acre que abriu as portas do Acre para os “paulistas”. Isso causou profundas alterações na organização do espaço acreano em função da política de ocupação regional de desenvolvimento da Amazônia, aliada à crise do extrativismo da borracha que desencadeou no final da década de 1960. Com o slogan “investir no Acre, produzir no Acre e exportar pelo Pacífico” promovia-se ampla campanha publicitária agenciada pelos governos Federal e Estadual em que se faziam verdadeiros chamamentos aos empresários do centro sul para investirem na região acreana.

Nesse contexto, muitos empresários do Centro-Sul vieram investir no Acre, principalmente, na pecuária. Outros vieram apenas especular com as terras acreanas. Contudo, vieram também muitos trabalhadores rurais desiludidos com o processo de mecanização da agricultura, o aumento dos latifúndios em suas regiões e esperançosos de melhorar suas condições de vida no Acre.

Situação que se revelou de modo muito nítido para nós quando, em 1999, atuamos como professora de Estágio Supervisionado nos cursos de História da UFAC e observamos, nas aulas ministradas pelos alunos estagiários, um “acrianismo” ferrenho



ou um sulismo radical. Postura contraditória para o momento, posto que vivenciávamos uma efervescência política em torno da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que traziam como tema transversal a pluralidade cultural.

As aulas citadas, quando ministradas por estagiários acreanos, recebiam uma perspectiva barrista e xenofóbica em que até as baratas eram paulistas e causam tanta miséria e desgraça quanto os fazendeiros que para cá as trouxeram em suas mudanças. Postura pautada em histórias contadas por moradores mais antigos da região que davam conta de que não existia no Acre tal espécie até que os “paulistas” viessem para cá e as trouxessem. Destacamos que o uso do termo paulista ocorria de forma homogeneizadora, pois nesta categoria eram incluídos todos os migrantes do centro-sul. Quer fossem grandes fazendeiros, grileiros ou trabalhadores rurais (MACHADO, 2002). Desconsideravam, no entanto, que os grandes fazendeiros não traziam mudança. As mudanças que vinham eram de seus empregados que em busca de dias melhores e de “um sul sem geada, e um nordeste sem seca⁶, talvez trouxessem além de “baratas paulistas”, muitas esperanças de viverem melhor.” Fazemos essa observação pautada no depoimento de o ex-seringueiro Elias Rozendo, colhido em 1992 por Carlos Alberto Alves de Souza para sua tese de doutorado:

O patrão chegava e ocupava o seringal; eles chamavam o seringueiro e diziam: ‘Eu não quero você aqui, eu comprei essas terras, quero desocupadas’. Aí deixava um gerente daqueles que vinham do sul do país já de encomenda, atrás de ganhar um pedaço de terra também. Aí ele diz: ‘Daqui a noventa dias ou sessenta eu volto aqui. Não quero ver o rastro de um seringueiro (SOUZA, 1996).

Observamos nesse depoimento, se para o patrão comprar terras e expropriar seringueiros no prazo de noventa ou sessenta dias era algo “legítimo”, para o gerente sonhar com um pedaço de terra para plantar e colher, também era.

Frente ao quadro, entre os anos de 1971 e 1974 começou a ser pleiteado pelo então governador do Acre, Wanderley Dantas, uma nova proposta econômica para o Estado - a agropecuária; que a princípio se resumiu mais à pecuária que a agricultura dadas as facilidades que a pecuária oferecia como: manejo fácil, mão de obra barata e pouca que se requer.

⁶ Slogan usado pelo governo da época para atrair migrantes.



Com a pecuarização, grandes mudanças nos modos de vida da população acreana aconteceram em função do intenso êxodo rural e de choques culturais. Uma cultura secular de “florestatria”, idolatria à floresta, principalmente a castanheira e a seringueira, espécies sagradas de onde durante anos seringueiros subtraíram seus sustentos, de repente vieram ser destruída sem pudor, reverência ou dor por pessoas que desconheciam o valor da preservação da floresta (MACHADO, 2002). O choque cultural pode ser evidenciado, por exemplo, na fala do senhor Francisco Vieira de Azevedo, velho comprador de castanha do trecho entre os municípios acreanos de Brasília e Rio Branco em entrevista ao Jornal O Varadouro, número 10, p. 09 de junho de 1978, cuja manchete tinha como título “ ‘Mãe’ para os acreanos , ‘vaca sagrada’ para os paulistas”. Onde este dizia:

O que estão fazendo com a seringueira é um verdadeiro crime derrubar uma árvore como esta. A castanheira e a seringueira são como se fossem nossas mães. Quando nossos pais vieram do nordeste para cá, tiraram delas o sustento. Foi com o leite da castanha que nos criaram. Foi com o leite da seringa que nos vestiram⁷.

A consciência de preservação não era fruto de um estudo formal sobre impactos ambientais ou da importância de se realizar manejos florestais. Tal consciência surge da experiência, da necessidade de se manter uma fonte não perecível.

Falamos como a dos ex-seringueiros nordestinos que viveram o segundo ciclo da borracha no Acre, Almir Gomes dos Santos e de Antenor Pereira dos Santos, expressam muito bem o nível de insatisfação que se gerou entre os seringueiros por ocasião das primeiras migrações provenientes do centro-sul, em que pessoas portadoras de valores distintos daqueles mantidos pelos acreanos com relação à floresta passam a derrubá-las. Vejamos o que disseram os mesmos sobre o assunto.

O seringueiro não tem mais nem o seu canto para trabalhar e nem o governo cria emprego para ele. Hoje no final de tudo, no final da história, [e ainda há quem diga que não há fim da história. Brincadeira.] o seringueiro ficou a mercê do desamparo, sem moradia e sem ocupação. Foi ele quem mais pagou com a miséria em que hoje vive. Veja bem: A gente tinha a faca de seringa e só podia cortar a

⁷ “Mãe” para os acreanos, “vaca sagrada” para os paulistas”. VARADOURO, Rio Branco, v. n. 10, p.09, junho.1978. P.18.



casca, não podia ferir o pau da seringa; isso era um crime. Os fiscais diziam que a seringueira era a mãe do seringueiro e multavam a gente quando a gente feria o pau da árvore. E hoje o pessoal derruba a árvore toda, acabando com o Estado.⁸

O senhor vê, agora estão acabando com os seringais. Como é que pode viver só com a criação de gado? Não vai ter pra esse povo todo, o governo também não tem. Como vão viver? Só Deus sabe. Eu gosto de dizer o que penso.⁹

As falas de ex-seringueiros expressa a revolta e a resistência ao processo de pecuarização do Acre e aos “paulistas”. Mas quem são estes paulistas, sujeitos sociais que tantos danos causaram à população acreana a partir dos anos de 1970 que jornais denunciavam?

IV- Considerações finais

“Paulistas”, embora a literatura acreana já produzida os defina como grandes empresários do centro-sul que vieram investir em terras acreanas, as entrevistas, e as reportagens do jornal O Varadouro analisadas nesse estudo dizem não serem só estes os chamados “paulistas”. Afirmação que confirmamos com a fala da senhora Maria Alzenir Vieira de Souza, cearense de Jaguaribe Mirim-Ceará, moradora do Km 08 do Ramal dos Paulistas-Projeto Humaitá, que migrou para o Acre em 1960 e que retrata como se deu a chegada dos primeiros migrantes do centro-sul no ramal que mais tarde recebeu o nome de Ramal dos “Paulistas”.

Quando os paulistas chegaram aqui isso era tudo mata, não tinha estrada, nem escola, nem posto de saúde. Esse ramal a gente chama de Ramal dos Paulistas porque foram elas, treze famílias que chegaram aqui, tudo de fora, de São Paulo, do Paraná, de Minas, era gente de todo lado; um povo branco chega doía nos olhos.¹⁰

Percebe-se, nessa fala, que no PAD Humaitá, no Ramal dos “Paulistas”, espaço de assentamento de colonos e não de grandes fazendeiros migrantes trabalhadores rurais do centro-sul, são tachados de “paulistas”.

⁸ MIGRAÇÃO uma história de cem anos. **Varadouro**, Rio Branco, v.1, n.4, p.11-12, set. 1977.

⁹ Idem p. 11.

¹⁰ SOUZA, Maria Alzenir Vieira de. (Trabalhadora rural) Entrevista cedida à autora. Projeto Humaitá, Ramal dos Paulistas, Porto Acre, julho de 2000.



Embora dados do INCRA mostrem que hoje existe concentração de terras em mãos de grandes proprietários, mesmo dentro de Projetos de Colonização, isto não era um fato que ocorresse por ocasião da criação dos mesmos. Naquela oportunidade tais espaços foram loteados e ocupados por famílias sem terras e pobres.

Por tudo que ficou expresso, é certo afirmar que “paulistas” no Acre serão todos os migrantes chegados nos anos de 1970 e 1980, independentes da naturalidade dos mesmos, da unidade da federação de onde partiram ou de suas condições sócio-econômicas. E ser “paulista” no Acre, conforme análise de Machado (2002) significava forte ameaça à população acreana, até então formada basicamente por índios, caboclos e descendentes de “cearenses”, que tinham modos de vida que se diferenciavam dos modos de vida dos migrantes trabalhadores rurais do centro-sul.

Cabe, pois, não só à mídia escrita, mas às escolas, via seus currículos colocar em permanente questão o conceito de paulistas no Acre pois sua legitimação tal como construída em alguns espaços midiáticos tende a contribuir para o xenofobismo, a exclusão e marginalização de sujeitos já excluídos socialmente. É preciso romper com o mito do paulista expropriador, “separar o joio do trigo” estabelecer distinções entre os diferentes sujeitos do centro-sul migrados para o Acre e refundar, reconstruir o conceito de paulista no Acre.

Referências

Jornais:

Darly revela porque Chico Mendes morreu. A GAZETA, Rio Branco, Ano XIV n. 4.437, 28.09.2000. p.8.

Seringueiro não vira colono paranaense. VARADOURO, Rio Branco, v. n. ,p. 18, dezembro.1981.

MIGRAÇÃO uma história de cem anos. VARADOURO, Rio Branco, v.1, n.4, p.9-12, set. 1977.

“Mãe” para os acreanos, “vaca sagrada” para os paulistas”.VARADOURO, Rio Branco,v. n. 10, p.09, junho.1978

Vida de peão é rodar sem parar.VARADOURO.Rio Branco, v.2, n.22, p.18, jun/jul. 1981.

Seringueiro não vira colono paranaense.VARADOURO, Rio Branco, v.2 ,p. 18, dezembro.1981.



Os paranaenses (expulsos) VARADOURO, Rio BRANCO, V.2, N.23, P.10, Agost/Set. 1981.

Entrevista

SOUZA, Maria Alzenir Vieira de. (Trabalhadora rural) Entrevista cedida à autora. Projeto Humaitá, Ramal dos Paulistas, Porto Acre, julho de 2000.

Outras obras:

MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes Sulistas: caminhadas, aprendizados na região acreana**. 112 f. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **"Varadouros da liberdade": empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia-Acre**. 1996. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p. Cap. 15: O termo ausente: experiência: p. 180-201.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.